

INTRODUÇÃO

A Trajetória da Igreja Local de Campos no pós-concílio é marcada por constantes desafios pastorais. Sendo a pastoral expressão do serviço da Igreja ao mundo, quer *Ad intra* quer *Ad extra*, ela dependerá do modelo de Igreja subjacente para manifestar-se em diálogo ou em confronto com a humanidade.

O Vaticano II é um concílio pastoral na sua maneira de compreender o conjunto da fé relacionando-o com as aspirações, as expectativas, os questionamentos, os projetos, os problemas e as angústias dos homens e das mulheres situadas no mundo pós-moderno. Esta sua finalidade pastoral expressou-se, sobretudo, numa atitude positiva da Igreja diante do mundo, numa tentativa de reconciliar-se com ele.

A recepção do Vaticano II não é tarefa simples se constatamos nele a presença de duas eclesiologias: uma jurídica, com fortes traços da eclesiologia tridentina e do Vaticano I; outra comunitária, extraída das fontes bíblico-patristica.¹ Esta dupla eclesiologia marca com luzes e sombras a recepção conciliar dando margens a um processo de transformação da Igreja segundo o modelo de comunhão; ou a um processo de engessamento institucional desejoso de voltar à “grande disciplina”.²

Foi esta tensão eclesiológica que nos motivou a voltar nosso olhar sobre a Igreja Local de Campos e analisar sua trajetória pastoral no pós-concílio, especialmente, porque esta viveu um processo interno de negação e rejeição ao Vaticano II em todos os seus setores eclesiais. Conflitos, rixas, brigas e dissensão caracterizam a trajetória histórico-pastoral da Igreja Local de Campos nos últimos quarenta anos. Gerando uma Igreja Local dividida pela presença, em seu seio, de um grupo de linha tradicional organizado na União Sacerdotal São João Maria Vianney, mais conhecidos por tradicionalistas e um outro, afinado com o espírito conciliar. Esta divisão culminou com o cisma da União Sacerdotal! Em seu aspecto jurídico e formal, devido a participação de D. Antônio de Castro Mayer na ordenação de bispos sem o mandato pontifício; mas, na verdade, em seu aspecto pastoral e local, a ruptura ocorrera desde a conclusão do Vaticano II pela rejeição ao modelo eclesial proposto pelo Concílio.

¹ Cf ACERBI, A., **Due Eclesiologie: eclesiologia giuridica ed eclesiologia di comunione nella Lumen Gentium**, Bologna, Dehoniane, 1975.

² Cf LIBANIO, J.B., **A Volta à Grande Disciplina**, reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja, São Paulo, Loyola, 1984.

A formalização do cisma trouxe tempo de “amenidades” entre a Igreja Local e a União Sacerdotal. Mas, quando, por ocasião do jubileu do ano 2000 o grupo tradicionalista de Campos iniciou com a Sagrada Congregação para o Clero as tratativas para uma possível volta à comunhão eclesial, as tensões pastorais retornaram. A solução apresentada pela Santa Sé foi a criação de uma Administração Apostólica Pessoal que acolhesse os membros da União Sacerdotal São João Maria Vianney dentro da Igreja Universal. Uma solução de cunho jurídico que suscita novos desafios à trajetória pastoral da Igreja Local de Campos.

É justamente isto que buscamos aprofundar na presente dissertação. Primeiro, porque é inquietante e desafiador caminhar lado a lado. A Igreja Local e a Administração Apostólica precisam estreitar e aprofundar os laços de unidade na diversidade da mesma Igreja Católica. É perturbador e vergonhoso ver duas Igrejas em “comunhão universal”, e, ao mesmo tempo, estranhas na visibilidade do ser e do agir pastoral, ainda incapazes de conviver na unidade dividindo o espaço territorial, cultural, histórico e social. Um verdadeiro contratestemunho do seguimento de Cristo que veio reconciliar consigo todas as coisas. Uma ferida ainda não curada, no Corpo de Cristo que é a Igreja.

Diante dos desafios pastorais cremos poder encontrar na própria natureza do ser eclesial as exigências que impulsionam a Igreja Local e a Administração Apostólica a fazer um madurescente caminho rumo à comunhão da unidade na diversidade de expressão, rompendo com a formalidade da solução jurídica. Nossa dissertação quer traçar algumas perspectivas de encontro e comunhão para o hoje da existência como também para um futuro próximo de experiência comunitária.

Para alcançarmos tal objetivo, nosso olhar voltar-se-à, peculiarmente, para o papel do bispo à frente da Igreja Local uma vez que, à luz da *Lumen Gentium*, ele é o princípio e o fundamento visível da unidade de sua Igreja, o elemento de ligação de sua Igreja com a Igreja Universal, além de ser representante da Igreja Universal na Igreja Local.³ Especificamente na Igreja Local de Campos, toda rejeição ao Vaticano II e os consequentes problemas internos está protagonizada na pessoa do bispo, seguido pelos presbíteros e pelos leigos. Muitas vezes, o fato de haver dois bispos num mesmo espaço geográfico acarreta dois modos de ser,

³ Cf LG 23.

viver e celebrar o acontecimento salvífico da fé pelo fato de haver duas Igrejas neste local.

Dividimos o presente trabalho em três partes: na primeira, nosso olhar volta-se para a *Lumen Gentium* documento chave para a compreensão da realidade e natureza mesma da Igreja. Nela aprofundaremos a teologia da Igreja Local a partir das fontes bíblico-patristica e os elementos que a edificam. Importa-nos também, como o Concílio lança as bases de transformação nas relações entre Igreja Local e Igreja Universal apontando para o primado teológico da Igreja Local em Eclesiologia e, conseqüentemente, em pastoral. Desta relação comunitária de Igrejas Locais perfazendo a Igreja Universal desdobra-se o conceito de Igreja Universal como *Communio Hierarchica*, redescobrimos, na sacramentalidade do episcopado, a raiz colegial da ação episcopal ressitando as relações do primado papal com o colégio dos bispos.

A segunda parte do trabalho será o olhar sobre a recepção do Vaticano II na Igreja Local de Campos, marcada pelo embate na compreensão da Tradição. Descortinamos a Igreja Local como lugar teológico da recepção conciliar porque o acontecer da Igreja se dá na localidade, a partir da experiência da fé daquela comunidade crente. A rejeição ao Vaticano II por parte do bispo local, D. Antonio de Castro Mayer, cria na Igreja de Campos um conflito interno que paulatinamente caminha para o rompimento definitivo com a Igreja Universal. Primeiro, através da divisão da Igreja Local com o surgimento de um grupo de tendência tradicional, organizado na União Sacerdotal São João Maria Vianney, depois culminando com o Cisma. A União Sacerdotal pede para voltar à comunhão com a Igreja Universal e a possível solução apresentada pela Santa Sé é a ereção da União Sacerdotal numa Administração Apostólica, no território da Igreja de Campos. Faz-se necessário, com isto, verificar como o Vaticano II foi recebido pela Administração Apostólica nas questões que os mesmos consideravam conflitantes com o modelo de Igreja Tridentino e do Vaticano I.

Na terceira parte levantaremos as exigências de comunhão que brotam do próprio ser Igreja e dos elementos que a edificam. Para atingirmos tal finalidade analisaremos a existência de duas Igrejas num mesmo território e dois bispos para um único povo de Deus, constatando uma anomalia eclesiológica cuja realidade convida a Igreja Local e a Administração Apostólica a fazer um maduro caminho de comunhão na diversidade de expressão eclesial da unidade. Por fim,

tentaremos descobrir a vocação da Igreja Local como casa e escola de comunhão, o que significa ser a Igreja, o lugar teológico do acontecer da comunhão, não somente *ad intra* como também *ad extra*, revelando que o ser da Igreja é ser comunhão, de modo que a Igreja Local só é Igreja em comunhão na católica unidade abrindo-se ao diálogo e pondo-se à serviço da humanidade.

Estas partes ajudar-nos-ão a construir a identidade da Igreja Local e a verificar sua trajetória pastoral para abrirmos perspectivas de comunhão da diversidade na Unidade Católica da Igreja de Deus constituída em Campos.

Este trabalho possui, sem dúvida, alguns limites: primeiramente de material bibliográfico que fundamentasse a trajetória da Igreja de Campos no pós-concílio, levando-nos a lançar mão de fontes sem cunho científico, nem imparciais, como jornais locais, internet, nossa memória, arquivos da cúria diocesana, a orientação Pastoral de D. Fernando Rifan, por não encontrar nenhum relato, nem trabalho científico nem mesmo em outras áreas de conhecimento.

Procuramos, por isso, fazer uma leitura dos acontecimentos da Igreja Local através de estudo comparativo, a partir de realidades semelhantes apresentadas por autores europeus e brasileiros.

O segundo limite vem da nossa pertença ao presbitério da Igreja Local de Campos levando-nos a uma constante preocupação de que todo este trabalho não seja demasiado teórico nem parcial mas compatível com as exigências do rigor acadêmico, tornando-se, ao mesmo tempo, instrumento de contribuição pastoral para a caminhada da Igreja Local de Campos rumo à Comunhão da diversidade na Unidade e fonte acadêmica para ulteriores pesquisas.